

ATA DA 10ª. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – BIÊNIO 2019/2020 DO COMDEMA
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a 10ª. Assembleia Geral Ordinária - biênio 2019/2020 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA, no auditório do Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos à Praça Washington s/nº. - José Menino, Santos – SP., com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 9ª. Assembleia Geral Ordinária. 2 – Câmaras Técnicas de Qualidade e Legislação Ambiental – apresentação. 3 – Plano Municipal de Mata Atlântica – Situação atual. 4 – Apresentação de Projeto de reforço estrutural de suprimento de gás da baixada santista. 5 – Comunicados da Secretaria. 6 – Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Srs(as). Viviane Amaral Ferreira (SEMAM I), Marcio Gonçalves Paulo (SEMAM II), Marcos Pelegrini Bandini (SESEG-Def.Civil), Fátima Regina Faleco Dias (SEDUC), Alexsander J. Guedes (SEMES), Paulo Antonio Fritelli (SMS), Rodrigo C. M. de Azevedo (SEDS), Greicilene Regina Pedro Machado (SEDURB), Ana Paula C. Machado (COHAB), Marly Alvarez Cimino (PRODESAN), Fernando Cortez (UNISANTA), Mariângela Oliveira de Barros (UNIMONTE), Cleide Barbieri de Souza (UNILUS), Yuri T. Rocha (EPUSP), Alba Kannebley (OAB), Elenilda Pereira da Silva (AEAS), Zenivaldo Assunção (ABES), Luciana S. Gonzalez (OAB), José Roberto dos S. Fernandes (Assoc. Surf Santos), Renato Prado e Ibrahim Tauil (CONCIDADANIA), Carlos Henrique Borba Cangiano (IMA). Ausências justificadas: SEFIN, SEGOV, UNISANTOS, SIND. QUÍMICOS (SINDQUIM), CIESP, Vidas Recicladas. Ausentes: SETUR, SIEDI, SECULT, SESERP, SECOM, SEGOV, SAPIC, CREA, ACRIS, Diretório Acadêmico – UNIP, COMEB. Convidados: Srs(as). Eduardo Kimoto Hosokawa (SEMAM), Carlos Moraes Marques (CET), André Tomé Lourenço (Lixo Zero), Ricardo G. M. Catarino (município), Dionísio Andrade (Fórum da Cidadania), Rosa Cristina F. Nascimento (SABESP), Aldo de Aguiar Falleiros (Operação Consciência Limpa), Jeffer C. Branco (ACPO – NEPSSA/UNIFESP), Danielle A. Carvalho (GIZ), André Lima (GIZ), João Vicente C. Nunes (GIZ), Paula Moreira (ProAdapta/GIZ), Tatiana B. A. S. Barros (GR Engenharia/COMGÁS), Sérgio Luiz Corrêa (COMGÁS), Adailton Rodrigues (Sanseverino Advogados), Carlos Cesar Zanardo (COMGÁS), Mariana Beraldo Masutti (CPLA/COMGÁS). O Presidente Sr. Márcio Paulo deu início à Reunião cumprimentando todos os presentes. No item 1. perguntou aos Conselheiros se receberam a Ata previamente enviada por e-mail, estes responderam que sim, dispensaram a leitura e, por unanimidade, consideraram a Ata aprovada. No item 2, o Presidente informou sobre reunião com as cinco Câmaras Técnicas (Legislação, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Qualidade e Gerenciamento Costeiro) realizada no dia 10/10, comunicou que a CT de Gerenciamento Costeiro está inativa por não haver apresentação de trabalhos, sendo que as outras quatro estão ativas. Relatou que na reunião foi pauta a estruturação e o comparecimento de seus membros nas CTs. Mencionou que tratativas por e-mail e whatsapp trazem celeridade aos trabalhos. Sra. Elenilda da CT de Qualidade Ambiental, participou que o contrato da coleta e limpeza urbana vencerá no próximo ano, sugeriu aos coordenadores das CTs de Qualidade Ambiental e da CT de Legislação que participem da elaboração do próximo contrato. Informou que em dezembro/2020 ocorrerá a renovação do contrato da coleta seletiva. Sra. Marly (PRODESAN e membro da CT de Legislação Ambiental) perguntou se o material foi enviado apenas para os coordenadores da CTs. Sr. José Roberto (ASS/SURF e membro da CT de Desenvolvimento Sustentável) relatou que recebeu e-mail da

reunião do dia 10/10, respondendo que poderia comparecer à tarde, sendo que não houve retorno. O Presidente salientou que a reunião era apenas para a coordenação. Ressaltou da necessidade de ter-se um documento assinado pelos coordenadores das CTs ativas para encaminhamento quanto a solicitação de reunião com as Secretarias gestoras dos contratos (SESERP – resíduos urbanos e SEMAM – recicláveis) expressando neste, o interesse do Conselho em participar de forma ativa das formatações dos contratos. Comunicou que os quatro coordenadores serão indicados como representantes do COMDEMA para o trabalho de formatação. Solicitou que o documento seja produzido com a máxima premência. Sra. Luciana informou que contatará os demais coordenadores das CTs quanto à urgência e posterior apresentação na reunião de dezembro. Sr. Renato apontou que o contrato de dezembro/2019, refere-se a um aditamento da coleta urbana convencional e que não vê tempo hábil para que se possa intervir e sugeriu que, neste momento, seja feito um trabalho voltado para a renovação do contrato de coleta seletiva (abril/2020) e, na sequência, que se foque no contrato de coleta urbana convencional (dezembro/2020). O Presidente colocou que o Secretário de Meio Ambiente - Marcos Libório justificou ausência no COMDEMA devido à reunião na mesma data na Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo onde está sendo pautada a avaliação do risco do vazamento de óleo que contamina parte do litoral brasileiro e ações preventivas e de redução de danos em relação ao Litoral Paulista. Foi apresentado, para ciência do Conselho, vídeo de reunião ocorrida este mês na Sala de Situação na Prefeitura de Santos onde congregou-se os nove Secretários de Meio Ambiente da Baixada Santista, representantes do Ibama, Marinha e da UNISANTA/NPH sobre a mesma questão. No item 3, o Sr. André (GIZ) contextualizou sobre o PMMA, após as propostas enviadas pelos conselheiros do COMDEMA para atualização deste, que foi criado em 2015, tendo também convergência com o Plano Diretor do Município, Plano Municipal de Risco. Ressaltou que estão em fase preparatória. Apresentou roteiro metodológico. Participou que será enviada aos conselheiros planilha para preenchimento das propostas. Comunicou que dois conselheiros do COMDEMA serão indicados para acompanharem a elaboração do PMMA. Findando a apresentação agradeceu a todos. Sra. Luciana perguntou sobre agenda de diagnóstico. Sr. André informou que na próxima reunião do COMDEMA será apresentado o plano de trabalho e, posteriormente, uma agenda de diagnóstico. Os conselheiros solicitaram que as apresentações destes trabalhos sejam colocadas no Google Drive (nuvem). Sra. Greicilene parabenizou a apresentação e informou que há desafios importantes tanto na área continental como na insular, perguntou ao Sr. André se já acessou o Plano de Habitação. Este informou que não. Sra. Greicilene informou que o encaminhará. Sr. Marcus Bandini pontuou que, com a estratégia utilizada, a CMMC está bem encaminhada, destacando, também, a importância do Plano de Saneamento Municipal. Sra. Viviane informou sobre pregão em andamento, que trata da atualização do Plano de Saneamento Municipal e a empresa ganhadora terá dezoito meses para efetuar a atualização e entrega deste Plano. Participou que a atualização do Plano é através do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). O Presidente comunicou a necessidade de eleição na qual serão eleitos dois conselheiros do COMDEMA (Titular e Suplente) para participação nas reuniões da CMMC. No item 4. Sr. Carlos agradeceu o convite, participou que a COMGÁS é uma concessão pública pertencente ao Estado de São Paulo, concessão esta, até 2029, sendo a maior distribuidora de gás natural do Brasil, construindo e operando em 16 mil e 500 quilômetros, atendendo a 1.8 milhões de clientes, com padrões de segurança reconhecidos mundialmente. Informou que a COMGÁS é regulada por dois entes, no âmbito do estado, pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do

Estado de São Paulo (ARSESP) e no âmbito federal, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Esclareceu que gás natural é basicamente metano que é um produto que tem um carbono e quatro hidrogênios. Informou que há três terminais de regaseificação do gás natural na forma líquida, Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro, sendo que há mais dois em fase de comissionamento, um em Sergipe e outro em Porto do Açu. Justificou a criação do projeto em Santos: preços mais competitivos, ampliar e diversificar as fontes de abastecimento, mitigar possíveis falhas de suprimento de gás natural, gerar ofertas de energia e reduzir dependência do Estado de São Paulo, permitir flexibilidade. Informou as vantagens da instalação do terminal, como permitir flexibilizar a oferta conforme a demanda, incrementar a arrecadação e a redução na emissão de GEE. Informou das vantagens acessórias, sendo a entrada através de navios e saída por gasodutos, não interferindo no fluxo de trânsito do município. Sra. Mariana apresentou resumo do Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, feito no desenvolvimento do projeto. Comunicou que o projeto foi aprovado pelo CONSEMA e da Licença Prévia aprovada pela CETESB. Sr. Adailton transmitiu que todo processo de EIA/RIMA precisa ter, obrigatoriamente, audiência pública e que estas, ocorreram em dois locais: Cubatão e Santos e que, anteriormente, nas audiências, a COMGÁS em 2018 apresentou o projeto ao GAEMA/BS. Informou que foi realizada apresentação, também, no Corpo de Bombeiros de Santos, com a presença de representantes da Defesa Civil de Cubatão e Santos. Ressaltou que por iniciativa da COMGÁS, o projeto foi amplamente divulgado. Abertas as perguntas, Sr. Ibrahim lembrou a explosão do gasômetro em 1967, em Santos e externou preocupação do nível de risco quanto à estocagem do gás no terminal. O Presidente colocou, também, que o risco de explosão é de uma possível geração de onda térmica ou de uma onda de impacto. Sr. Carlos respondeu que o projeto segue todas as normas pré-estabelecidas pelo COMDEMA, pelo CONSEMA e pelas regras de avaliação de risco. Salientou que o risco calculado para este empreendimento é absolutamente pertinente ao que permite a Legislação. Relatou que a COMGÁS existe há 145 anos, prezando sempre pelos padrões de qualidade e segurança. O Presidente reiterou que o objetivo da COMGÁS foi trazer uma apresentação do projeto ao COMDEMA, mesmo já tendo sido analisado e aprovado pelo CONSEMA. Comunicou que manifestações do setor privado devem ocorrer em audiências públicas, sendo que estas foram sucedidas anteriormente conforme informado, dessa forma abrindo a palavra aos Conselheiros do COMDEMA conforme Regimento Interno, não sendo dada a palavra a visitantes. Sr. Paulo Fritelli perguntou sobre a estocagem do gás. Sr. Carlos informou que dentro do navio haverá uma estação para troca térmica para a mudança de estado deste. Sr. Dionísio explanou se na extração do gás poderá ocorrer o efeito estufa. Sra. Elenilda perguntou 03 questões: se foi estudado a construção próximo ao gasoduto de Merlusa, levou-se em consideração o Terminal de São Sebastião (litoral norte), e como chegou-se ao cálculo para a pluma térmica. Sra. Mariana informou que quanto ao Terminal locacional estudou-se o porto de Santos, por estar próximo as redes de distribuição da COMGÁS e a pluma térmica é um modelo matemático que considera a hidrodinâmica local (água, maré) sendo uma modelagem computacional sendo um dos anexos do EIA. Sr. Adailton complementou informando que a modelagem é feita por um programa de computador algoritmo que é utilizado internacionalmente. Ressaltou sobre o EIA/RIMA (sendo o EIA o Estudo de Impacto Ambiental e RIMA um relatório) e que dentro do EIA, tem um estudo específico que é o Estudo de Análise de Risco, um instrumento obrigatório previsto na Legislação e informou que foi uma consultoria especializada para a celebração deste documento que está à disposição tanto no site da CETESB quanto no da COMGÁS. Informou que este estudo, passou

pela análise da CETESB, antes de ser votado no CONSEMA. Sr. Renato informou sobre três pontos: o empreendimento está em desacordo com os compromissos assinados na COP21 em 2015; a obra foi desmembrada em duas partes: 1ª. Licenciamento do Gasoduto e 2ª. Licenciamento do City Gate do Terminal, sendo que a apresentação do projeto é um só; porque da necessidade de implantar Terminal em Santos, se há andamento do projeto (Gasoduto) de Merlusa. Manifestou surpresa pelo fato do projeto, já aprovado, ter sido apresentado a este Conselho apenas nesta ocasião. O Presidente pediu a palavra, lembrou e esclareceu que o COMDEMA se restringe à área municipal de Santos e como o projeto apresentado é uma área afetada de vários municípios, o empreendedor tem a obrigação legal de apresentar ao CONSEMA, instância superior ao COMDEMA. Sr. Adailton colocou que o processo de licenciamento ambiental é dividido em etapas: 1ª. Licença Prévia - analisa toda atividade ambiental do empreendimento, sendo lançada uma série de condicionantes a ser cumprida pelo empreendedor até a expedição da Licença de Instalação; 2ª. Licença de Instalação – autorização para início das obras, sendo colocada, também, uma série de condicionantes a ser atendida até a Licença de Operação; 3ª. Licença de Operação - onde o empreendimento vai poder ser operado, sendo que as condicionantes colocadas terão que serem verificadas ao longo do empreendimento durante toda sua vida útil. Salientou que a CETESB fiscaliza periodicamente o atendimento e cumprimento destas licenças, bem como no decorrer da operação da instalação e operação do empreendimento, fiscalizando todas as etapas, processo este que não tem fim. Informou que o licenciamento está no site da CETESB aberto à consulta pública. Sra. Luciana ponderou que todas as questões estão interligadas e, exatamente por isso, os empreendimentos devem considerar todos os assuntos. No item 5. foi informado aos Conselheiros o envio por e-mail da relação de Requerimentos da Câmara Municipal de Santos recebidos, referentes ao mês de novembro/2019 para ciência do COMDEMA. Em Assuntos Gerais, definiu-se que na próxima reunião seja elaborada moção, quanto ao trânsito de navios, a ser encaminhada à CETESB. O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, sendo a Ata, depois de lida e aprovada, assinada por mim Gláucia Santos dos Reis e pelo Presidente do COMDEMA.

MÁRCIO GONÇALVES PAULO
Presidente

GLAUCIA SANTOS DOS REIS
Secretária